

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul - RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, torna pública a realização de licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**, em conformidade com o que dispõem a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016, Decreto Municipal n.º 19.078, de 23 de agosto de 2017, e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

O Edital poderá ser obtido no site www.samaecaxias.com.br ou na Gerência de Licitações, Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, Centro, 2º andar, Caxias do Sul - RS, no horário de expediente.

As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária consignada no presente exercício financeiro, sob o código: 03.05 – DAG – 17.512.0002 – 1.065 - 4.4.90.52.06.00.00.00.

No dia **21 de novembro de 2017, às 14 horas**, na Sede Administrativa do SAMAE, Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, Centro, térreo, Caxias do Sul - RS, serão recebidos os envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, para a licitação em epígrafe.

1. DA PARTICIPAÇÃO

Somente poderão participar deste Pregão, Pessoas Jurídicas enquadradas como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Os documentos a serem apresentados, para comprovarem tal condição, constam dos subitens 3.6 e 3.7, deste Edital.

2. DO OBJETO

Aquisição de módulos de comunicação de dados na plataforma UMTS/HSPA+/GSM/GPRS para envio de informações via internet celular ao Sistema Supervisório do SAMAE, conforme Termo de Referência – Anexo VII.

3. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para participação no certame, a proponente deverá apresentar sua Proposta de Preços e Documentos de Habilitação em envelopes distintos, lacrados e identificados, conforme segue:

- a) PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA PROPONENTE
- b) PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
NOME DA PROPONENTE

3.2. Para exercer o direito de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença do representante credenciado da proponente à sessão pública, referente ao Pregão. A proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro com apenas um representante legal que, devidamente identificado e credenciado, conforme modelo constante no Anexo I, será admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.3. O credenciamento do Representante Legal da proponente deverá ser da seguinte forma:

- I. Caso o representante seja sócio-gerente ou diretor da empresa, deverá apresentar cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual);
- II. Caso o representante não seja sócio-gerente ou diretor, o seu credenciamento far-se-á mediante:
 - a) Carta de Credencial (conforme modelo do Anexo I) assinada pelo representante legal da empresa, cuja comprovação far-se-á por meio da apresentação de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual), ou
 - b) Instrumento Público de Procuração (original ou cópia autenticada), que conceda ao representante poderes legais, em cópia autenticada ou original, ou

c) Instrumento Particular de Procuração (original), com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

1. Se for concedido por sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada.
2. Se for assinada por outra pessoa, que não seja sócio-gerente ou diretor, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á por meio dos documentos que comprovem tal condição.

3.4. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa e deverá estar munido de documento de identidade e CPF.

3.4.1. Os documentos de identidade, que não expressarem data de validade, devem ter sua data de emissão inferior a 10 anos, do ano em curso.

3.5. Juntamente com a credencial, deverá ser apresentada **Declaração de Idoneidade**, nos moldes do Anexo II, deste Edital, sob pena de não aceitação da proposta pelo Pregoeiro. Deverá ser observado, para comprovação do responsável legal da proponente, o disposto no subitem 3.3 deste Edital.

3.6. **Certidão** expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, ou o **Certificado** da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), em se tratando de Microempreendedor Individual, em cópia autenticada ou emitida via internet, em atendimento à Lei Complementar n.º 123/2006.

- I. Serão aceitas certidões emitidas via internet, desde que, no documento, conste a verificação da autenticidade no respectivo site.

3.7. Declaração de Enquadramento:

3.7.1. **Declaração de que se enquadra como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte**, conforme Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e a assinatura reconhecida em cartório, OU

3.7.2. **Declaração de que se enquadra como Microempreendedor Individual**, conforme Anexo IV, assinada pelo responsável legal da proponente.

3.8. Os documentos relacionados nos subitens 3.5, 3.6 e 3.7 deverão ser apresentados juntamente com o credenciamento.

3.9. Caso a proponente opte por enviar os envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação via postal ou por terceiros, esses deverão ser endereçados ao SAMAEC, mencionando o número do Pregão, data e horário de abertura, sendo que a ausência de representante à sessão, implica desistência da prática de futuros atos pertinentes ao processo, inclusive de recurso.

3.9.1. As declarações e certidão exigidas nos subitens 3.5, 3.6 e 3.7, deste Edital, deverão ser remetidas em envelope separado, identificado como os demais envelopes, acompanhadas de cópia autenticada do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual), conforme subitem 3.3.

3.10. Os documentos de credenciamento apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos e deverão ser apresentados no início da sessão pública de Pregão, fora dos envelopes de preços e da documentação.

4. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. Feitos o credenciamento e o recebimento da Declaração, conforme Anexo II, subitem 3.5, e dos documentos referidos nos subitens 3.6 e 3.7, na presença das proponentes e demais presentes à Sessão Pública do Pregão, o Pregoeiro receberá os envelopes n.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS e n.º 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, iniciando pela abertura do Envelope n.º 01 e análise das propostas.

4.2. Após a abertura do primeiro envelope, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos acréscimos, complementos, adendos ou qualquer alteração ao conteúdo dos envelopes, exceto dos preços, na fase de lances verbais.

5. DA PROPOSTA

O Envelope n.º 01 - PROPOSTA DE PREÇOS, deverá conter:

5.1. A proposta, em envelope lacrado, devidamente identificado, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, conforme Anexo VI - Proposta de Preços, datada e assinada pelo responsável pela proponente.

5.2. A proposta deverá conter o valor global do lote, ou seja, a soma da multiplicação da quantidade de cada item pelo seu respectivo preço unitário, conforme a unidade mencionada no Anexo VI - Proposta de Preços.

5.3. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, neles estando incluídos todos os tributos e o frete (CIF).

5.3.1. O preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da proponente vencedora.

5.4. Deverão ser informados, na Proposta de Preços - Anexo VI, obrigatoriamente, a marca e o modelo do produto ofertado.

5.5. Juntamente com a Proposta de Preços, a proponente deverá apresentar catálogo(s) técnico(s) que comprove(m) que o equipamento ofertado atende às características técnicas constantes no Termo de Referência – Anexo VII.

5.5.1 A proponente deverá identificar, no(s) catálogo(s), as características técnicas, solicitadas pelo SAMA E, conforme subitem 2.1 do Termo de Referência – Anexo VII.

5.6. Caso a proponente opte por ofertar o equipamento da marca e modelo sugerido no Termo de Referência – Anexo VII, fica dispensada da apresentação do catálogo.

5.6.1. Se, na data da abertura da Licitação, o fabricante da marca informada como referência tiver alterado o código/referência do modelo informado, divergindo do mencionado no Termo de Referência - Anexo VII, ou se o modelo tiver sido retirado de linha, será igualmente aceito, desde que seja apresentado catálogo do modelo que o substituiu, para comprovação das características técnicas iguais ou superiores às exigidas na especificação técnica do item.

5.7. A ausência de documentos ou de informações aqui solicitadas, bem como a falta de preenchimento dos dados que compõem os Anexos deste Edital e da apresentação do catálogo, quando exigível, ensejam desclassificação da proposta

5.6. Além do transporte, a descarga do material será por conta da proponente vencedora, não podendo ser cobrado qualquer valor adicional a esse título.

5.7. Poderá ser usado formulário próprio para preenchimento de proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo VI – Proposta de Preços, sob pena de desclassificação.

5.8. Se existir discrepância entre o valor numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso.

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. O prazo de entrega dos equipamentos não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias corridos, após o recebimento, pela proponente, da Nota de Empenho emitida pelo SAMAE.

6.1.1. Os equipamentos entregues deverão obedecer às especificações constantes no Termo de Referência - Anexo VII.

6.1.2. No caso de comprovadas desconformidades, fica a proponente vencedora responsável pela troca do produto inadequado.

6.2. Por se tratarem de equipamentos para ampliação do Sistema Supervisório SAMAE, já instalado e operacional, estes módulos deverão ser capazes de comunicar dados dentro do servidor de roteamento de dados e estações do SAMAE, que utiliza o sistema ABS Telemetria.

6.2.1. O pagamento será efetuado, 29 (vinte e nove) dias após o recebimento e a aceitação do material, mediante apresentação da Nota Fiscal conferida e liberada pela Seção competente.

6.3. O SAMAE reserva-se o direito de recusar os equipamentos que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando da entrega definitiva.

6.4. A garantia contra defeitos de fabricação e vícios de origem dos equipamentos será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do aceite do recebimento pelos Técnicos do SAMAE.

6.5. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

6.6. O local de entrega dos materiais/equipamentos será no Almoxarifado Central do SAMAE, na Rua Jacinto Madalosso, n.º 211, Bairro Pio X, Caxias do Sul – RS - CEP 95034-370 - Fone (54) 3220-8683.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas, verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a proponente da oferta de menor valor total do lote e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, participarão da fase de lances, verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.2. Não havendo, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 7.1, serão chamadas as proponentes das melhores propostas, até o máximo de 03

(três), para oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços constantes das propostas escritas.

7.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas para apresentarem lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.4. No caso de duas ou mais propostas escritas apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem de oferta de lances. Em não havendo lances verbais, o Pregoeiro analisará a viabilidade de aceitação das propostas e, entendendo serem aceitáveis os preços cotados, procederá ao sorteio para a definição da proposta vencedora.

7.5. A oferta dos lances será feita na ordem decrescente dos preços, no momento em que for conferida a palavra à proponente.

7.6. É vedada a oferta de lance objetivando o empate.

7.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se, a proponente desistente, às penalidades constantes do artigo 7º, da Lei n.º 10.520/2002, e do item 11 deste Edital - Das Sanções Administrativas.

7.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará exclusão da proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado por ela, para efeito da classificação final das propostas.

7.9. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço total do lote e o valor estimado para a aquisição, podendo, o Pregoeiro, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

7.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.11. Às proponentes proclamadas no lote, conforme subitem 7.1, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação à proposta de menor preço.

7.12. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação ou aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43, e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, no caso de

Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual (regularização da habilitação fiscal e trabalhista).

7.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de menor valor do lote, comparando-o com os valores consignados em Planilha de Orçamento Estimado e/ou valor de mercado, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.14. No julgamento das propostas, considerar-se-á o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos e o menor valor total do lote, desde que compatível com os praticados no mercado.

8. DA HABILITAÇÃO

Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à matriz ou à filial (razão social e CNPJ) da empresa que se habilita para este certame licitatório, exceto o disposto no subitem 8.1, deste Edital. Entretanto, serão aceitos, para efeito de habilitação, documentos emitidos em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que esta condição esteja expressa.

O Envelope n.º 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:

8.1. Original ou cópia autenticada da **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura deste pregão.

I. Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento.

8.2. **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei (artigo 29, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e artigo 27, da Lei Federal n.º 8.036/1990), em vigor na data de abertura da licitação.

8.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, devendo ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor na data da abertura da licitação.

8.4. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa, em vigor na data da abertura da licitação.

8.5. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Mobiliário e Imobiliário)**, do município expedidor da sede da empresa, em vigor na data de abertura da licitação.

8.6. Original ou cópia autenticada da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT**, em vigor na data da abertura da licitação.

8.7. **Declaração da Proponente**, em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854/1999), nos moldes do Anexo V, deste Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos. No caso de empregar menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, assinalar na declaração.

8.8. **Original ou cópia autenticada de Atestado(s)**, conforme art. 30, parágrafo 4º, da Lei Federal n.º 8.666/1993, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove(m) ter a proponente fornecido equipamentos equivalentes ao objeto licitado.

8.9. Os documentos exigidos nos subitens 8.3, 8.4 e 8.5, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

8.10. Na comprovação de regularidade dos subitens 8.1, 8.2, 8.3, 8.4, 8.5 e 8.6, serão aceitas certidões e certificados emitidos via INTERNET, mediante confirmação, pelo Pregoeiro, nos respectivos sites oficiais.

8.11. As empresas portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral) vigente, expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul - RS, em vigor, poderão utilizá-lo em substituição aos documentos referidos nos subitens 8.1 a 8.7, desde que constem no CRC e todos os documentos nele contidos estejam com validade vigente.

8.11.1. No caso de haver algum documento com o prazo de validade expirado, a proponente deverá apresentar, em substituição, o documento em vigor, em original, cópia autenticada ou emitida via Internet, mediante confirmação, no ato de abertura, nos sites oficiais.

8.12. Não será aceito protocolo de pedido de emissão de documentos.

8.13. O Pregoeiro, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1.634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente.

8.14. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos e, observado ainda o disposto no parágrafo 1º, artigo 43, e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

8.14.1. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade, comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual), CRC ou CNPJ.

8.15. Os envelopes contendo os documentos de habilitação das proponentes classificadas para a fase de lances permanecerão em poder do Pregoeiro durante o prazo de validade das propostas.

9. DA ADJUDICAÇÃO

9.1. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, inclusive o contido no subitem 8.14, por parte da proponente que ofertou o menor preço total do lote, essa será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto desta licitação.

9.2. Em caso de desatendimento às exigências de habilitação, o Pregoeiro inabilitará a proponente e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das demais, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo essa declarada vencedora, ocasião em que o Pregoeiro poderá negociar, tentando obter melhor preço.

9.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro proclamará a vencedora, submetendo às demais proponentes a proposta e os documentos de habilitação da vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade, às proponentes, para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão desse direito.

9.4. A proponente a que for adjudicado o objeto do presente certame, ficará obrigada a apresentar ao Pregoeiro, em até 03 (três) dias úteis, o valor unitário de cada item de sua proposta.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. À proponente que manifestar, motivadamente, na sessão, intenção de recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, por escrito.

10.2. As demais proponentes, já intimadas na sessão supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias, a contar do término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

10.3. A manifestação de interpor recurso na sessão pública, acompanhada da motivação, são pressupostos de admissibilidade do recurso.

10.4. As razões e contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser encaminhadas, ao Sr. Diretor-Presidente do SAMAE, por intermédio do Pregoeiro, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

10.5. Julgados os recursos, o objeto será adjudicado à proponente vencedora que, após será homologado pelo Sr. Diretor-Presidente do SAMAE.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto, ou parte desse, o SAMAE aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue no prazo contratual, conforme artigo 86, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

11.1.1. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia.

11.2. Após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no subitem anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

11.3. Pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no subitem 11.1, até a data da formalização, pelo SAMAE e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento; tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação.

11.4. Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato, o SAMAE aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total

da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666/1993), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

11.5. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

11.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

11.7. Além das penalidades pecuniárias previstas nos itens e subitens anteriores, a proponente vencedora estará sujeita às sanções estabelecidas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666/1993:

- I. advertência;
- II. suspensão temporária de participar em licitações e impedimento em contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;
- III. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, do artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993; e
- IV. inclusão no Cadastro de Fornecedores impedida de Licitar e Contratar com a Administração Municipal na forma prevista na Lei Municipal n.º 5.285 de novembro de 1999.

11.8. Nos termos do artigo 7º, da Lei n.º 10.520/2002, a proponente vencedora, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores do SAMAE e do Município de Caxias do Sul, dentre outros, nos casos de:

- I. apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- II. retardamento na execução do objeto;
- III. não manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- IV. comportamento inidôneo;
- V. cometimento de fraude fiscal;
- VI. fraude na execução do Contrato, ou
- VII. falha na execução do Contrato.

11.9. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

11.10. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAEC e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul - RS.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente ou emitidos via Internet, sendo confirmados pelo Pregoeiro, nos respectivos sites.

12.2. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Modelo de Credencial;
- Anexo II - Modelo de Declaração de Idoneidade;
- Anexo III - Modelo de Declaração de Enquadramento para ME ou EPP;
- Anexo IV - Modelo de Declaração de Enquadramento para MEI;
- Anexo V - Declaração em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854/1999);
- Anexo VI - Modelo de Proposta de Preços e,
- Anexo VII - Termo de Referência;

12.3. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo, se for o caso, anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiro, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.5. Da sessão pública do pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação.

12.6. Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, o Pregoeiro designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

12.7. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014.

12.8. A apresentação da proposta pela proponente implica a aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

12.9. Os esclarecimentos que se fizerem necessários, em relação a esta licitação, poderão ser obtidos junto à Gerência de Licitações, Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, Caxias do Sul - RS, fones (54) 3220-8630, 3220-8687, 32208608, 32208621; e-mail compras@samaecaxias.com.br

Caxias do Sul, 25 de outubro de 2017.

Mateus Bortolini,
Gerência de Licitações.

Lourenço Benetti Bonfá,
Diretor Financeiro.

Eng.º Gerson Antonio Panarotto,
Diretor-Presidente do SAMAEC.

ANEXO I

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º _____, a participar da licitação promovida pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMA E, na modalidade Pregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017

Declaração de Idoneidade (modelo)

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a).
_____, portador(a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,
DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos de habilitação, inciso VII, do
artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002 e que não foi declarada inidônea para licitar ou
contratar com a administração pública, nos termos do inciso IV, artigo 87, da Lei n.º
8.666/1993 e alterações, bem como, comunicará qualquer fato ou evento
superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venham alterar a atual
situação da empresa, quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e
econômico-financeira.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº089/2017

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

_____, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou Técnico em Contabilidade, declara, sob as penas da lei, que:

- a) se enquadra na situação de:
 - () microempresa ou
 - () empresa de pequeno porte;
- b) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações;
- c) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3.º, § 4.º, incisos I a XI, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da proponente
(RECONHECIDA EM CARTÓRIO)

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.

ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MEI

_____, por meio de seu Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que:

- I. enquadra-se na situação de microempreendedor individual;
- II. o valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu ao limite fixado no art. 18-A, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar n.º 123/06 e suas alterações;
- III. não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a IV, da mesma lei;
- IV. possui, no máximo, 1 (um) empregado e que este recebe exclusivamente 1 (um) salário mínimo ou o piso salarial da categoria profissional;
- V. exerce tão-somente as atividades constantes do Anexo Único da Resolução CGSN n.º 78, de 13 de setembro de 2010.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

LEMBRETE: Essa declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro fora dos envelopes de proposta e documentação, juntamente com o Credenciamento.

ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017

Modelo de Declaração

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a).
_____, portador(a) da Carteira de
Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,
DECLARA que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos, conforme disposto no
artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854/1999).

Ressalva: emprega menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz:

() Sim () Não.

_____, em _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

ANEXO VI

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 089/2017

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNIDADE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	<p>CÓD. 5696- Módulo de comunicação de dados utilizando internet celular, através de redes 2G e 3G;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modo de comportamento cliente TCP; tentativa de conexão TCP/IP a um host previamente programado a partir da energização e obtenção de conexão internet, de forma automática e sem necessidade de comandos; - Frequência de operação five band (serviços UMTS/HSPA+ em 800, 850, 900, 1900 e 2100MHz); - Frequência de operação quadri-band (serviços GSM/GPRS em 850, 900, 1800 e 1900 MHz); - Potência RF TX mínima: +30 dBm (GSM), +33 dBm (EDGE) e +24dBm (UMTS); - Conexão para antena com plugue tipo SMA 50 OHMS; transparente a protocolos (especialmente, mas não exclusivo, ao ModBUS); - Possibilidade de envio de mensagens SMS através de comandos enviados via porta serial; - Duas portas de comunicação transparentes a protocolos, sendo uma RS232 e outra RS485; - Modo half duplex; taxa de transmissão de 1200, 2400, 4800, 9600, 19200, 38400, 57600 ou 115200 bps configuráveis; - Formato de dados de 8N1, 8E1, 8O1, 7E1 ou 7O1 configuráveis; - Sem controle de fluxo RTS/CTS; - Alimentação entre 12Vcc e 24Vcc; - Suporte para fixação em trilho DIN; 	50	UN		

	<ul style="list-style-type: none"> - Grau de proteção mínimo IP20; - Mínimo de 8 entradas digitais com nível alto a partir de 10Vcc; - Mínimo de 4 saídas digitais a transistor para carga mínima de 0,1 A; - Mínimo 4 entradas analógicas em corrente com sinal de 0 a 20 mA, com resolução mínima de 11 bits mais 1 bit de sinal; - Entradas, saídas e alimentação conectadas via borne a parafuso, extraível; - Compatível com o serviço de roteamento ABS Telemetria; - Deve ser fornecido software de programação gratuito para configuração dos parâmetros de comunicação; - Deve ser compatível com todas as operadoras de telefonia celular (Claro, Vivo, Oi e TIM); - Possuir certificado de homologação na ANATEL; - As especificações são atendidas pelo modelo 08.04.04.00/0-20mA da marca ABS, ou equivalente. <p>Marca:</p> <p>Modelo:</p>				
VALOR TOTAL DO LOTE (R\$):					
VALOR TOTAL DO LOTE POR EXTENSO:					

- I. O prazo de entrega não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias corridos do recebimento da Nota de Empenho.
- II. A garantia dos equipamentos contra defeitos de fabricação e vícios de origem será de(.....) meses a contar da data de aceite, pelo SAMA E (este prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses).

III. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

IV. Identificação do representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ/CPF:

Fone:

Contato:

E-mail:

V. Identificação do responsável da proponente junto ao SAMA E, pelos contatos e pela solução de problemas que porventura ocorrerem:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CPF:

Fone:

E-mail:

_____, em _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO:

Aquisição de módulos de comunicação de dados na plataforma UMTS/HSPA+/GSM/GPRS para envio de informações via internet celular ao Sistema Supervisório.

1. OBJETIVO

Este Termo de Referência tem por objetivo fixar as condições mínimas de fornecimento de módulos de comunicação de dados na plataforma UMTS/HSPA+/GSM/GPRS para envio de informações via internet celular ao Sistema Supervisório.

Por se tratarem de equipamentos para ampliação do Sistema Supervisório SAMA E, já instalado e operacional, estes módulos deverão ser capazes de comunicar dados dentro do servidor de roteamento de dados e estações do SAMA E, o qual utiliza o sistema ABS Telemetria.

Os equipamentos adquiridos serão utilizados pela *Gerência de Manutenção Eletromecânica*, especificamente a *Seção de Eletrônica e Automação*.

2. EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS

Os equipamentos a serem fornecidos são:

2.1 LOTE 1 – MÓDULOS DE COMUNICAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
1	<ul style="list-style-type: none">- Módulo de comunicação de dados utilizando internet celular, através de redes 2G e 3G;- Modo de comportamento cliente TCP; tentativa de conexão TCP/IP a um host previamente programado a partir da energização e obtenção de conexão internet, de forma automática e sem necessidade de comandos;- Frequência de operação five band (serviços UMTS/HSPA+ em 800, 850, 900, 1900 e 2100MHz);- Frequência de operação quadri-band (serviços GSM/GPRS em 850, 900, 1800 e 1900 MHz);	50	Und.

<ul style="list-style-type: none"> - Potência RF TX mínima: +30 dBm (GSM), +33 dBm (EDGE) e +24dBm (UMTS); - Conexão para antena com plugue tipo SMA 50 OHMS; transparente a protocolos (especialmente, mas não exclusivo, ao ModBUS); - Possibilidade de envio de mensagens SMS através de comandos enviados via porta serial; - Duas portas de comunicação transparentes a protocolos, sendo uma RS232 e outra RS485; - Modo half duplex; taxa de transmissão de 1200, 2400, 4800, 9600, 19200, 38400, 57600 ou 115200 bps configuráveis; - Formato de dados de 8N1, 8E1, 8O1, 7E1 ou 7O1 configuráveis; - Sem controle de fluxo RTS/CTS; - Alimentação entre 12Vcc e 24Vcc; - Suporte para fixação em trilho DIN; - Grau de proteção mínimo IP20; - Mínimo de 8 entradas digitais com nível alto a partir de 10Vcc; - Mínimo de 4 saídas digitais a transistor para carga mínima de 0,1 A; - Mínimo 4 entradas analógicas em corrente com sinal de 0 a 20 mA, com resolução mínima de 11 bits mais 1 bit de sinal; - Entradas, saídas e alimentação conectadas via borne a parafuso, extraível; - Compatível com o serviço de roteamento ABS Telemetria; - Deve ser fornecido software de programação gratuito para configuração dos parâmetros de comunicação; - Deve ser compatível com todas as operadoras de telefonia celular (Claro, Vivo, Oi e TIM); - Possuir certificado de homologação na ANATEL; - As especificações são atendidas pelo modelo 08.04.04.00/0-20mA da marca ABS, ou equivalente. 		
--	--	--

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A *Proposta de Preço* deverá ser apresentada conforme planilha anexa. A garantia mínima contra defeitos de fabricação e vícios de origem dos equipamentos será de no mínimo 12 (doze) meses, (um ano), contados a partir do aceite do recebimento pelos Técnicos do SMAE.

Juntamente com a *Proposta de Preço*, a PROPONENTE deverá apresentar **catálogo técnico** que comprove que o equipamento ofertado atende as características técnicas constantes neste Termo. Caso a PROPONENTE opte por ofertar neste Lote o equipamento da marca e modelo sugerido como referência, a PROPONENTE fica dispensada da apresentação deste catálogo. Deverá ainda ser informada na *Proposta de Preço* a **marca e modelo**. A ausência das informações solicitadas, bem como do catálogo (quando exigível), acarretará a eliminação da Proposta na abertura da licitação.

Se, na data da abertura da Licitação, o fabricante da marca informada como referência tiver alterado o código/referência do modelo informado, divergindo do mencionado neste Termo, ou se o modelo tiver sido retirado de linha, será igualmente aceito, desde que seja apresentado catálogo do modelo que o substituiu onde possa se comprovar que as características técnicas deste sejam iguais ou superiores às exigidas na especificação técnica do item.

O prazo de entrega dos equipamentos não poderá ultrapassar a **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, após o recebimento, na PROPONENTE, da Nota de Empenho emitida pelo SAMA E.

Os equipamentos fornecidos pela PROPONENTE vencedora deverão ser entregues, juntamente com as respectivas Notas Fiscais, no Almoxarifado Central do SAMA E, onde serão inspecionados pelos técnicos do SAMA E, no seguinte endereço:

*Rua Jacinto Madalosso Nº 211, Bairro Pio X.
Caxias do Sul – CEP 95034-370
Fone/Fax: (54)3223-7631*

Caxias do Sul, 10 de outubro de 2017.

João Francisco Barbosa,
Chefe da Seção de Eletrônica e Automação.

Eng. Jônatas Passos Delgado,
Gerente de Manutenção Eletromecânica.

Eng. Adriano Bolesina,
Gerente da Divisão de Água